

Um congresso para o futuro

Tribuna Tribunais de Contas Guilherme d'Oliveira Martins

Durante esta semana tem lugar em Pequim o XXI Congresso da INTOSAI (Organização Mundial dos Tribunais de Contas e Instituições Congéneres) no qual estão presentes 198 Estados e organizações, tendo como temas “A função dos Tribunais de Contas no aperfeiçoamento da governação pública, nomeadamente através das recomendações”, e “O controlo dos Tribunais de Contas sobre as medidas de salvaguarda da sustentabilidade das finanças públicas”, devendo ser debatidas: a promoção de boas práticas de gestão, a avaliação de resultados e a apreciação do impacto económico e social das medidas gestionárias. Trata-se, pois, de temas da maior atualidade e adequados à realidade que se vive no mundo.

Celebra-se este ano o 60.º aniversário da INTOSAI criada em 1953, tendo como um dos seus fundadores o Tribunal de Contas de Portugal, que igualmente foi membro do Conselho Diretivo de 1995 a 2007. Ao longo dos sessenta anos da sua existência, a INTOSAI desenvolveu uma intensa atividade de apoio à criação e ao aperfeiçoamento de instituições de controlo financeiro independentes e relevantes em todos os países.

Esta ação permanente levou, aliás, recentemente a Assembleia Geral das Nações Unidas a aprovar uma resolução reconhecendo o valor e os benefícios dos Tribunais de Contas e instituições congéneres no bom funcionamento do setor público, na sustentabilidade das finanças públicas e na responsabilização dos gestores públicos. Esta deliberação é da maior importância, uma vez que considera uma ligação íntima entre a democracia e a boa prestação de contas – elemento fundamental no Estado moderno.

O congresso da INTOSAI aprovará igualmente novas metodologias e normas de controlo no setor público, bem como os relatórios dos grupos de trabalho, nomeadamente sobre o branqueamento de capitais e a gestão e controlo da dívida pública. Esta matéria insere-se na cada vez maior complexidade da gestão e do controlo, procurando melhores métodos de apreciação das organizações públicas e da sua atividade.

O Tribunal de Contas de Portugal, que tem a presidência da Eurosai (Organização Europeia de Tribunais de Contas), apresentará neste congresso os resultados da sua presidência (2011-2014) até ao momento, na qual se destaca a execução do primeiro plano estratégico quanto aos vários objetivos definidos, em especial



MAFALDA MELO/ARQUIVO

capacitação institucional e profissional, normas e metodologias de controlo e partilha de conhecimentos. Saliente-se que, perante os efeitos das crises financeira e da dívida soberana, os tribunais de contas ganharam uma importância acrescida, em articulação com os instrumentos de controlo interno e de alerta relativamente à sustentabilidade das finanças públicas.

Importa salientar que os organismos de controlo, interno e externo, não se confundem com os órgãos de decisão política, não devendo sobrepor-se a eles. Do que se trata é de ter uma informação transparente e responsabilizadora relativamente às consequências dos órgãos legítimos. Daí a importância de haver instrumentos de alerta em especial relativamente ao conhecimento verdadeiro das despesas envolvidas por qualquer decisão política e das projeções do endividamento gerado. As decisões políticas

com consequências orçamentais e nas contas públicas deverão, assim, ser fundamentadas com verdade e sentido de responsabilidade.

Daí a necessidade de respeitar a separação de poderes, bem como a exigência de uma ponderação rigorosa dos encargos para as gerações presentes e futuras. O sentido de deliberação da

Assembleia Geral das Nações Unidas a que fizemos referência tem, deste modo, de ser considerado em cinco aspetos relevantes: a) a democracia obriga à transparência perante os contribuintes; b) a separação e a interdependência de poderes determinam que os Governos obtenham o consentimento dos Paramentos, onde os contribuintes estão representados; c) só instituições de controlo independentes podem avaliar, auditar e apurar as responsabilidades financeiras que estiverem em causa; d) os limites de endividamento público devem ser controlados e acompanhados; e) a sustentabilidade das finanças públicas deve envolver um reforço da articulação entre órgãos de execução e órgãos de controlo.

As experiências comparadas têm-nos ensinado que melhores mecanismos de auditoria e de controlo permitem evoluir positivamente na redução da despesa corrente primária, no combate ao desperdício, no respeito pela concorrência e no incentivo ao investimento reprodutivo e à criação de emprego, com sustentabilidade das finanças públicas. As decisões políticas informadas, seriamente fundamentadas e transparentes, devem tornar-se a regra. Só assim os cidadãos poderão escolher melhor, em consciência, os seus representantes e as políticas que desejam ver prosseguidas – conhecendo exatamente as suas consequências. Daí a necessidade de incentivar as melhores práticas no tocante ao planeamento das finanças públicas, no sentido de considerar os resultados obtidos e de integrar as políticas económicas no contexto mais amplo na consolidação e sustentabilidade das contas públicas.

**Presidente do Tribunal de Contas e
Presidente da Eurosai (Organização
Europeia de Tribunais de Contas)**

“É necessário incentivar as melhores práticas no tocante ao planeamento das finanças públicas”

